

Orientações pastorais sobre as Eleições 2022

O amor e a fidelidade se encontrarão;
a justiça e a paz se beijarão.

Salmos 85.10

Preparado pela
Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Organização
Humberto Maiztegui



Orientações pastorais sobre as Eleições 2022

Preparado pela
Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Organização
Humberto Maiztegui



Coedição
Editora e Livraria
INCLUSIVIDADE

Porto Alegre
2022

Direitos de publicação e comercialização da
Editora e Livraria Anglicana e da Editora e Livraria Inclusividade

Revisão

Humberto Maiztegui

Smirna Cavalheiro

Projeto gráfico e diagramação

Rafael Tarcísio Forneck

Capa

Rafael Tarcísio Forneck

Editor

Bruno Luiz Teles de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

C189o	Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Orientações pastorais sobre as Eleições 2022 [livro eletrônico] / preparado pela Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ; organização Humberto Maiztegui. – Porto Alegre : Livraria e Editora Anglicana ; Editora e Livraria Inclusividade, 2022. 1 Mb ; ePDF ISBN: 978-65-89338-16-1 1. Eleições – Brasil – 2022 – Orientações pastorais I. Título II. Maiztegui, Humberto 22-3733	CDD 324.6
-------	---	-----------

Índices para catálogo sistemático:

1. Eleições – Brasil – 2022



Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, de Creative Commons.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Livraria e Editora Anglicana Ltda

Avenida Eng. Ludolfo Boehl, 256

91720-150 – Bairro Teresópolis

Porto Alegre – RS

Tel.: (51) 3014-3705

ederaldo.machado@xpi.com.br

Sumário

Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Orientações pastorais sobre as Eleições 2022	5
Democracia: caminho para buscar justiça, paz e reconciliação..	6
O processo eleitoral de 2022 e seus desafios específicos.....	8
A defesa das liberdades democráticas como valor evangélico....	10
Participação democrática na proposta evangelizadora, pastoral e missionária da IEAB.....	11
Partidos Políticos: candidaturas, princípios e programas.....	13
Financiamento das Campanhas Eleitorais	16
Pesquisas Eleitorais	17
Debates.....	18
<i>Fake news</i>	19
Votação: registros, urnas eletrônicas e fiscalização dos votos	21

A consolidação do processo eleitoral após o pleito.....	22
Um roteiro de oração pelo processo eleitoral 2022.....	24
Oração de entrega.....	24
Oração de compromisso	25
Oração de agradecimento.....	26
Princípios de ética eclesial para Candidaturas de pessoas clérigas e leigas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nas Eleições Estaduais e Federais de 2022.....	27
1. O princípio da participação das pessoas cristãs nos processos eleitorais como exercício da responsabilidade cristã e da cidadania.....	28
2. O princípio da relação da Igreja com a política partidária, institucionalidade democrática e exercício de cargos e funções públicas	29
3. O princípio do respeito à participação política diversa e à livre escolha em processos eleitorais.....	30

**Câmara Episcopal da Igreja
Episcopal Anglicana do Brasil**

Orientações pastorais sobre as Eleições 2022

**O amor e a fidelidade se encontrarão;
a justiça e a paz se beijarão.**

Salmos 85.10

Democracia: caminho para buscar justiça, paz e reconciliação

A quarta “Marca da Missão” que, no Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, se encontra entre os votos de batismo e confirmação, nos desafia a “transformar as estruturas injustas da sociedade, desafiando toda sorte de violência, respeitando a dignidade de toda pessoa humana, buscando a paz e a reconciliação” (LOC, p. 555). Este mandato batismal e missionário está presente nas bem-aventuranças, ao afirmar, nas palavras de Jesus Cristo, “bem-aventuradas as pessoas que têm fome e sede de justiça porque ficarão satisfeitas” e “bem-aventuradas as pacificadoras porque serão chamadas filhas de Deus” (Mateus 5.6,9). A “Democracia”, como forma de estabelecer relações sociais, políticas e econômicas mais justas e igualitárias, vem sendo aprimorada através de conquistas sociais como voto feminino e fim da escravidão e segregação racial, as cotas de participação de candidaturas femininas nos processos eleitorais, e outras. Embora em uma sociedade desigual, racista e discriminadora o exercício democrático esteja limitado pelas condições sociais, políticas e econômicas, esta forma de exercício da cidadania tem se demonstrado a melhor forma de promover justiça, paz e reconciliação. O princípio democrático é que todas as

pessoas humanas devem ser igualmente consideradas em sua dignidade e capacidade de decidir os rumos da sociedade em que vivem. Quanto mais este princípio é alcançado, mais profundamente democrática é uma sociedade. Defender os processos de exercício das liberdades democráticas não se refere apenas às “eleições”, mas à possibilidade de acessar todos os direitos, políticas públicas, instâncias governamentais etc. Os processos eleitorais cumprem um papel essencial de buscar garantir que todas as pessoas possam avaliar propostas para a condução política do país. A função das campanhas eleitorais e de toda a legislação que as regulam é buscar este acesso da forma mais ampla possível para que as pessoas que queiram exercer o direito ao voto avaliem a adequação dessas propostas à realidade nacional e internacional, e a capacidade e compromisso das pessoas que se candidatam em relação a essas propostas. Debates públicos e informações sobre as trajetórias de partidos políticos e as pessoas que lhes representam são garantias da lisura e eficácia dos processos eleitorais. Os mecanismos eleitorais, isto é, o conjunto de regulamentações, organismos de fiscalização e controle, garantias de acessibilidade à votação, emissão de votos e sua contagem também são aperfeiçoados e decididos pelo conjunto das instituições do país conforme determina a Constituição.

O respeito a esses mecanismos é igualmente importante para que o resultado deste processo seja aceito e respeitado por todas as pessoas que, a partir do mesmo, passarão a conviver, debater e construir a democracia em todos seus outros aspectos.



Autoria: Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: <https://www.tse.jus.br/imagens/imagens/a-partir-deste-sabado-2-passam-a-valer-diversas-vedacoes-a-agentes-publicos/@images/a903f497-1a3a-4fa7-891a-f794d6b9ee59.jpeg>

O processo eleitoral de 2022 e seus desafios específicos

Cada processo eleitoral é fruto de uma história de luta pela participação democrática e seu aperfeiçoamento. No Brasil podemos tomar como marco a Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, que compilou o aprendizado da histórica política brasileira, especialmente no que se refere à superação do regime ditatorial que imperou entre

1964 e 1985. A mobilização popular conquistou a realização de eleições diretas, buscou diminuir o poder de interesses econômicos particulares sobre as campanhas eleitorais, buscou garantir que as pessoas que se candidatem tenham “ficha limpa”, abriu espaços de participação direta nos Conselhos de Políticas Públicas, e buscou também garantir que as mulheres tenham mais representação política.

No entanto, vemos com grande preocupação a desvalorização e os ataques sistemáticos e antidemocráticos às instâncias constitucionalmente constituídas, que passam a ameaçar a vida democrática como um todo

(preocupação que foi manifesta na Carta da Câmara Episcopal pela Democracia Brasileira).



Autoria: Arte sobre foto de Caio Benedetto/USP Imagens

Fonte: https://i0.wp.com/jornal.usp.br/wp-content/uploads/2018/10/20181002_00_constituicao_federal_1988_1.jpg?resize=768%2C403&ssl=1

A defesa das liberdades democráticas como valor evangélico

Em diversas manifestações feitas desde 2016, a Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil denunciou o desmonte das políticas públicas, o desemprego crescente, a negligência diante da destruição do meio ambiente, a política genocida diante da pandemia da COVID-19, a promoção de uso de armas e a violência sistemática contra os povos indígenas, o ataque à luta do povo negro e as comunidade quilombolas, o desrespeito à dignidade das mulheres e seus direitos, a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ e tantas outras. Vimos que, longe da corrupção ser evitada, foi solapada como sigilos centenários sobre informações que pudessem evidenciar desvios no exercício de cargos públicos. Tudo isso sem contar o desrespeito às leis ambientais, a falta de fiscalização, o aumento do garimpo legal e ilegal, o desmatamento e as queimadas. Como afirma a Carta acima mencionada: embora respeitemos o direito de manifestação e expressão da fé em todas as suas formas, não podemos nos calar diante de tais ameaças ao estado democrático de direito.

Reafirmamos aqui a defesa da democracia, da Constituição Federal de 1988 e dos processos nela previstos, tais como a iniciativa de plebiscitos populares em defesa do patrimônio público e das políticas públicas, os processos de investigação parlamentar e judicial e, de modo especial, as eleições livres e transparentes, realizadas por meio de processos que considerem a diversidade de gênero, etnia e classe social, da forma como são definidas pelos organismos constitucionais competentes.

Participação democrática na proposta evangelizadora, pastoral e missionária da IEAB

Nas Marcas da Missão da Comunhão Anglicana, incorporadas no Livro de Oração Comum aos votos batismais, não podem ser alcançadas quando prevalecem os discursos de ódio que favorecem o racismo, a opressão contra a diversidade de gênero e sexualidade, o machismo e patriarcalismo e o armamentismo. Na análise que embasa o Planejamento Estratégico da IEAB até 2023, afirma-se que o país “pode estar diante do nascimento de um regime autoritário, profascista, o qual ameaçaria as liberdades democráticas e as

instituições republicanas em geral e os direitos humanos em particular, pondo em risco o arcabouço de valores e princípios com os quais a Igreja se identifica e se alinha” (Plano Estratégico Provincial, p. 10). Também no Plano Estratégico se faz a denúncia das campanhas de *fake news* (notícias falsas) usadas por setores vinculados ao atual governo como instrumento de desinformação, violência, perseguição e ataques tanto contra pessoas quanto contra instituições democráticas do país. Outros fatores, apontados já em 2019, são: o desemprego (que já era uma realidade dramática que piorou durante a pandemia e continua se agravando), as ameaças à soberania nacional e aos serviços públicos através de privatizações; os desmonte da Saúde e Educação públicas, a retirada de direitos de pessoas aposentadas, ataques à produção cultural brasileira e a desconfiança internacional em relação ao Brasil (Plano Estratégico Provincial, p. 9-10). Ao que, segundo um recente levantamento estatístico, há mais de 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave, aumentando em 14 milhões desde o último levantamento. Algo que não deveria acontecer em um país que é “celeiro do mundo” e que se deve, em boa parte, aos desmonte de políticas públicas de combate à fome, e ao poder do agronegócio voltado prioritariamente para exportação. Essa realidade, cujos indicadores se agravam a cada dia, levou à Câmara Episcopal a se somar ao “Super Pedido de Impeachment” entregue ao Congresso Nacional em 30 de junho de 2021.

O processo eleitoral se apresenta como o melhor caminho para nos comprometer com a paz, a justiça e a vida, corrigir o caminho e retomar a esperança e a reconciliação. Como afirma a Carta de Tiago, uma excelente oportunidade para que o fruto da justiça seja semeado em paz para quem busca a paz (cf. Tiago 3.18).



Autoria: Arte-Vida de Luís Henrique - Varginha/MG.

Fonte: <https://www.facebook.com/teologiadalibertacaojuvenil/photos/a.327848320699475/903552233129078>

Partidos Políticos: candidaturas, princípios e programas

O processo eleitoral tem várias etapas, das quais a mais importante é o exercício do voto. A primeira é muito anterior

ao processo em si e tem a ver com os partidos políticos. Essas formas de organização são essenciais para o processo eleitoral, embora, muitas vezes, as pessoas tendam a votar em pessoas, independentemente dos partidos que elas integram. Segundo a Constituição de 1988, em seu artigo 17, existe “a livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana [...]”. Essas agremiações têm o dever de apresentar não apenas propostas, mas programas completos de governo nos quais assumem princípios e compromissos que sempre devem respeitar aquilo determinado na Constituição. As candidaturas deveriam nascer dos partidos! Do contrário, o partido político não passa de uma “legenda de aluguel” e não cumpre sua função no processo democrático. As candidaturas, por sua vez, são pessoas que, dentro de uma proposta, apresentam suas capacidades e trajetórias e se habilitam a, por meio do nosso voto, cumprir aquilo que defendem como sendo o melhor para toda a sociedade. Quanto mais coerente for a atuação das pessoas em relação ao que determinam seus partidos e programas, mais segurança terão as pessoas que votaram nelas. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil não apoia nenhum partido político em particular, mas a vigilância em relação à coerência das pessoas que ocupam cargos eletivos em relação aos partidos que representam e aos programas que apresentam faz parte

de nossa ética, como afirma o Evangelho: “Seja o seu ‘sim’, ‘sim’, e o seu ‘não’, ‘não’; o que passar disso vem do Maligno” (Mateus 5.37).

Já pesquisou qual é o programa de governo das candidaturas ao Governo Estadual e Governo Federal? Esses princípios e programas vão ao encontro das Marcas da Missão e da promoção da justiça, da paz, da dignidade humana e do cuidado com a criação?



Autoria: Diocese of New Westminster (adaptado)

Fonte: https://dq5pwpqg1q8ru0.cloudfront.net/2020/10/16/00/42/22/d75bb05e-1998-4836-9667-9b325bf80732/5x8j424vd8_Marks_of_Mission.jpg

Financiamento das Campanhas Eleitorais

Dentro do processo eleitoral brasileiro o Tribunal Superior Eleitoral (do Poder Judiciário) determina um período de “campanha eleitoral”, que nesta eleição vai do dia 16 de agosto a 29 de setembro. Para isso se destina uma verba pública chamada “Fundo Especial de Financiamento da Campanha”, que neste ano é de 4,9 bilhões de reais (o maior já destinado na história). Esses recursos são divididos conforme o número de deputados e deputadas em exercício filiados a cada legenda. Também se reservam espaços na mídia (que é concessão pública) para que os partidos apresentem suas candidaturas ao eleitorado. Por outro lado, é proibido o financiamento de campanhas por pessoas jurídicas, desde 2015, de forma a evitar que haja uma troca de “favores” entre quem financia a campanha e os partidos e candidaturas que venham assumir os cargos eletivos. Pessoas físicas podem doar, até o limite de 10% dos seus rendimentos anuais ou 40 mil reais, e o Tribunal Superior Eleitoral divulga o valor máximo de recursos que pode ser gasto por cada candidatura.

Embora a lei busque coibir o chamado “abuso do poder econômico”, devemos manter a vigilância quando há uma relação muito próxima entre interesses econômicos privados, que poderiam se beneficiar por meio de políticas públicas, e algum partido ou candidatura. Da mesma forma, devemos denunciar a “compra de votos” mediante pagamento direto ou oferecimento de vantagens particulares.



Autoria: TV Câmara

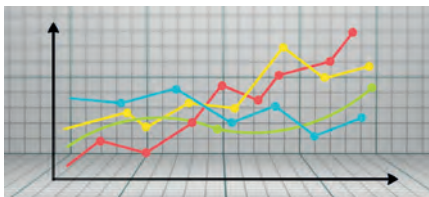
Fonte: https://imgproxy.camara.leg.br/j5Ti6HKDTDBL1IN3f40Sn_B12yo3p5vITHi5So9Wl-ZA/fill/750/500/no/1/aHR0cDovL3d3dy5jYW1hcmEubGVnLmJyL2ludGVybmV0L2Jhbm-NvaW1hZ2VtL2JhbmNvLzlwMTQvMDUvaW1nMjAxNDA1MDUxNDUzNDM1MzYyMzE5Lm-pwZw.jpg

Pesquisas Eleitorais

Outro instrumento permitido por lei são as chamadas “pesquisas eleitorais”, que devem estar devidamente registradas no Tribunal Superior Eleitoral (garantindo sua seriedade metodológica), mas que seguem métodos de pesquisa diversos. Elas mostram tendências da preferência do

eleitorado em cada momento e são importantes para as candidaturas no sentido de saber qual o impacto que suas propostas estão causando no eleitorado. As pessoas, candidatas ou não, devem ser protagonistas da comunicação de propostas durante as campanhas eleitorais.

Não temos somente o dever de votar e de buscar obter votos, mas de defender e divulgar aquelas propostas que são melhores para nossa sociedade, informando e dialogando com outras pessoas que fazem parte de nosso cotidiano.



Autoria: Pixabay

Fonte: <https://pixabay.com/pt/illustrations/gr%C3%A1fico-diagrama-crescimento-3033203/>

Debates

Estes são o mais importante instrumento de comparação entre as propostas ou posicionamentos, apresentando a capacidade de as candidaturas implementarem o que é proposto. Quando uma candidatura se nega a participar em debates é porque está escondendo a fragilidade das suas propostas ou sua capacidade de realizar o que promete. Também devemos

incentivar que todas as propostas sejam apresentadas nos debates, sem que os órgãos de comunicação excluam antecipadamente nenhuma delas. Quando, no caso da eleição aos governos estaduais e governo federal, nenhuma candidatura consegue a maioria para vencer no primeiro turno, os debates são ainda mais importantes, porque haverá novas alianças.

Exigir que as candidaturas participem dos debates, promover debates em diferentes instâncias e espaços, inclusive ecumênicas e inter-religiosas, e acompanhar o que é apresentado nesta confrontação de ideias e posicionamentos é um dever de toda pessoa cristã e de boa vontade.



Autoria: PinClipart

Fonte: https://www.pinclipart.com/downpngs/xxhibi_png-freeuse-download-become-an-author-new-mexico/

Fake news

Com a disseminação das redes sociais tem surgido o fenômeno das chamadas *fake news*, ou “notícias falsas”, nas

quais são veiculadas falsas informações sobre fatos, pessoas e eventos, geralmente de índole calunioso ou apresentando falsas realizações de alguma candidatura. Elas são elaboradas para causar um impacto psicológico em quem as recebe, e assim essa pessoa é impelida a repassar a notícia para outras pessoas. Esta prática, dependendo das consequências negativas que venha ter, pode ser considerada crime. Mas o pior efeito das *fake news* é enganar e mentir, para levar pessoas a optar por propostas e candidaturas de forma equivocada.

A primeira medida é não repassar nenhuma notícia via redes sociais cuja fonte não seja conhecida e seja verificada sua veracidade. Busque sempre se informar através de canais confiáveis e fiscalizados pelo poder público.



Autoria: Tribunal Superior Eleitoral

Fonte: <https://www.tse.jus.br/imagens/fotos/fato-ou-boato-boletim-de-urna-em-13-07-2021-1626177166679/@@images/0d978c53-e61e-43c4-8626-28e835758385.jpeg>

Votação: registros, urnas eletrônicas e fiscalização dos votos

Cada sistema eleitoral tem suas formas de registro, fiscalização e controle. Na Constituição do Brasil esta é uma tarefa coordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais (em cada Estado). A sociedade civil e suas organizações, os partidos políticos e suas candidaturas também participam da fiscalização, e ainda é possível a presença de observadores internacionais. As forças policiais e militares participam mantendo a segurança do transporte e instalação dos locais de votação, das pessoas que são nomeadas como oficiais do processo em cada local, das candidaturas, do eleitorado, e do cumprimento da lei eleitoral durante as campanhas eleitorais e nos dias de votação. Todas as pessoas cidadãs também devem fiscalizar o cumprimento das regras e há canais para denúncia de qualquer irregularidade. O registro, além de ser estabelecido através da Título Eleitoral, tem sido ampliado com o reconhecimento biométrico através das impressões digitais. No Brasil há algumas décadas vêm sendo usadas as urnas eletrônicas que se mostraram eficientes no sentido de garantir a facilidade do voto, a transparência dos resultados e a defesa do sigilo do voto secreto. Embora haja quem divulgue suspeitas, muitas delas falsas, este sistema vem mostrando-se confiável e eficaz.

É nosso dever denunciar qualquer prática abusiva durante as Campanhas Eleitorais ou durante o exercício do direito ao voto.



Autoria: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Fonte: https://live.staticflickr.com/1921/44446208324_8277539814_k.jpg

A consolidação do processo eleitoral após o pleito

Todo este processo tem como finalidade o tratamento das questões sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, religiosas etc., de forma pacífica e negociada. O que o convívio democrático – mesmo com suas limitações – quer evitar é a guerra civil, a violência pelas armas (qualquer possibilidade de revolução popular), a perseguição, a discriminação, a exclusão.

É necessário que todas as forças envolvidas (econômicas, políticas, civis, militares) aceitem e respeitem o resultado das eleições e que, caso achem algum questionamento, este seja encaminhado pelas vias legais que tomarão uma decisão final sobre validade, ou não, de tais questionamentos.



Qualquer atitude que esteja fora do marco legal colocará em risco todas as relações democráticas construídas até o momento e abrirá espaço para a violência, a morte e a destruição. Caberá depois a todas as pessoas acompanhar e cobrar das pessoas eleitas a execução dos programas apresentados e continuar participando como cidadãos e cidadãos no processo de construção de uma sociedade justa, democrática, igualitária e fraterna.



Um roteiro de oração pelo processo eleitoral 2022

Autoria: CEBs do Brasil

Fonte: <https://i0.wp.com/mobon.org.br/wp-content/uploads/2022/02/CEBs-caminhando-corte.jpg?resize=599%2C347&ssl=1>

Nossa fé está alicerçada na oração. Oração não apenas a articulação de palavras ou uma mera conversa entre nós e com Deus. Orar é abrir nossas vidas, nossa percepção, nossa visão, a Deus, entregando nosso ser à vontade maior de quem nos criou, nos redimiou e nos ampara diariamente. Por isso propomos este roteiro de oração, ou de abertura a ação de Deus em nós e entre nós, durante o processo eleitoral.

Oração de entrega

Nosso Pai Materno, queremos colocar em tuas mãos o processo eleitoral que estaremos vivendo neste ano no Brasil. Queremos que o amor de Jesus nos capacite para usarmos o direito, tão custosamente conquistado, de votar e escolher projetos e pessoas para os levar adiante, como um ato de amor, especialmente em favor das pessoas mais vulneráveis de nossa sociedade, e em favor de políticas que amparem aquelas pessoas e grupos que historicamente

têm sofrido a discriminação, a exclusão e a violência, garantindo a preservação do meio ambiente, os direitos de todas as pessoas e povos, e a defesa de uma vida digna e salutar neste país. Que a Divina Ruah, nestas eleições de 2022, permita que prevaleça entre nós a honestidade, o compromisso com a justiça a paz e a defesa da integridade da criação. Mediante o mesmo Jesus, que se fez servo de todas as pessoas. **Amém.**

Oração de compromisso

Deus de Maternal amor, faça com que, ao participarmos do processo eleitoral, sendo eleitoras ou eleitores, sendo candidatas ou candidatos, fazendo parte de partidos políticos e movimentos sociais ou sendo agentes públicos na condução do processo, busquemos olhar para todas as outras pessoas com respeito, dignidade e espírito de construção coletiva do processo democrático. Fortalece cada uma e cada um de nós e ilumina nossas decisões, aumenta em nós a esperança na capacidade de encontrarmos caminhos bons e justos para resolvermos nossos conflitos e garantir a vida e a paz para todas as pessoas e para a criação. Não permita que o ódio, o desespero, o medo, o engano, a falsidade, a hipocrisia, dominem nossa vontade e faça com que encontremos em Ti a fonte de equilíbrio e temperança no exercício da cidadania. Mediante Jesus Cristo, Conselheiro, Deus Eterno, Príncipe da Paz. **Amém.**

Oração de agradecimento

Agradecemos a Ti, Deus Pai e Mãe, porque nos permite construir, participar e aprimorar processos democráticos para que todas as pessoas possam, com igual dignidade, decidir os rumos da sociedade em que vivem e desenvolver valores de convívio harmônico com as diferenças e as disputas de interesses econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais. Ilumina com a Divina Ruah todas nossas ações em prol da democracia e recebe nossa gratidão por todas as pessoas que se esforçam em elaborar estudos, propostas, projetos e programas, e que colocam suas vidas à disposição para implementar aquilo que entendem ser o melhor para toda a sociedade. Abençoa todas as pessoas em seus diferentes níveis de participação no processo eleitoral e na vida democrática e institucional do Brasil, para que cada vez mais possamos viver no amor de Cristo. Por amor do seu nome, nos te rogamos. **Amém.**

**Princípios de ética eclesial
para Candidaturas de pessoas
clérigas e leigas da Igreja
Episcopal Anglicana do Brasil
nas Eleições Estaduais e
Federais de 2022**

*Sem mais, irmãos, despeço-me de vocês!
Procurem aperfeiçoar-se, exortem-se
mutuamente, tenham um só pensamento,
vivam em paz. E o Deus de amor e paz
estará com vocês.*

2 Coríntios 13.11

1. O princípio da participação das pessoas cristãs nos processos eleitorais como exercício da responsabilidade cristã e da cidadania

Na Carta Pastoral da Câmara Episcopal em defesa da Democracia afirma-se que: Consideramos a Democracia – reconquistada a partir da Constituição de 1988 no Brasil – uma forma de construção da cidadania, da justiça, dos direitos humanos e ambientais, e, enfim, da igualdade econômica, e da paz política e social. Como toda construção, ela requer o esforço e vigilância de todas as pessoas para que de fato possa desenvolver este potencial. Portanto, é direito e dever de todas as pessoas cristãs participar, fortalecer e aprofundar a democracia para o bem comum e defesa dos valores evangélicos. Esta participação e fortalecimento inclui a possibilidade de pessoas clérigas e leigas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil serem candidatas nos diferentes cargos eletivos que estarão em disputa nas próximas eleições. **Portanto, a pessoa candidata, não poderá usar as instalações, redes sociais, ou qualquer outra estrutura da IEAB para promover qualquer candidatura.**

2. O princípio da relação da Igreja com a política partidária, institucionalidade democrática e exercício de cargos e funções públicas

Seguindo a quarta e quinta marcas da Missão de Deus na Comunhão Anglicana, presentes nos Votos Batismais (LOC, p. 555, 570, 585-586), a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, através das pessoas que a formam e os organismos que ela compõe, compromete-se a participar na política de forma profética e profundamente enraizada nos valores do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. No entanto, não possui, nem deseja possuir, representantes em qualquer instância da política partidária ou governamental, pois entende que todas as pessoas que assumem este tipo de participação cidadã e os cargos dela decorrentes, o fazem para defender o bem comum de toda a sociedade brasileira, sem distinção alguma, dentro do princípio de um Estado Laico e Democrático.

Pessoas filiadas a partidos políticos, ou que exerçam qualquer cargo público, sejam elas do clero ou laicato, o fazem a título pessoal dentro do seu próprio entendimento do que seria melhor para a sociedade como um todo, levando para estas instâncias os princípios que são próprios de nossa fé cristã e da forma de ser anglicana. **Portanto, nenhuma pessoa poderá usar símbolos da IEAB, ou alegar de qualquer forma que representam a Igreja, ao apresentarem candidaturas, suas propostas ou exercerem funções públicas.**

3. O princípio do respeito à participação política diversa e à livre escolha em processos eleitorais

Toda pessoa cristã deve zelar – dentro da diversidade de propostas políticas apresentadas em um processo eleitoral – por buscar aquelas que, na sua opinião, mais se aproximem dos valores do Evangelho e dos valores propostos na Constituição da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil:

- a unidade de todas as pessoas cristãs; a solidariedade;
- a dignidade da pessoa humana; a fraternidade;
- a integridade da criação divina;
- o respeito à pluralidade religiosa;
- a inclusividade; e a promoção e garantia dos direitos humanos.

Embora a IEAB não tenha nenhum compromisso político-partidário, considera-se contrário à nossa forma de ser qualquer apoio à retirada de direitos, à precarização do trabalho, à misoginia, ao racismo, à discriminação e violência contra os povos originários, à LGBT-fobia, à indiferença ou ataque contra a laicidade do Estado, a desregulamentação da proteção ambiental e da atividade agrícola, além da extinção de políticas públicas para a promoção da dignidade humana.

A decisão de se candidatar e/ou apoiar propostas partidárias deverá se basear, somente, na correspondência entre as propostas e os valores já citados. **Para manter este princípio entendemos que o ideal é que pessoas clérigas da IEAB, que venham se candidatar, se afastem de seus cargos eclesiais durante o período eleitoral (entre a homologação da candidatura pelo Tribunal Eleitoral e o final do processo eleitoral), usando para isso a figura de “licença” prevista nos Cânones Gerais (artigo 125, § 2º, conforme o entendimento do bispo ou bispa da diocese onde esta pessoa está jurisdicionada).** E que, na absoluta impossibilidade de haver afastamento desses cargos, assinem um termo que lhe comprometa a não usar este cargo, ou qualquer atribuição decorrente de seu status eclesial, com o propósito de promover sua candidatura ou os interesses partidários que ela representa. Para as pessoas leigas que exercem cargos eclesiais, em qualquer nível, permanece o mesmo princípio que para as clérigas. Sendo assim, são orientadas a informar à bispa ou bispo da sua Diocese sobre sua candidatura e, caso não seja possível o afastamento temporário do cargo, assinem um termo de compromisso com o mesmo teor daquele proposto para as pessoas clérigas.

ANGLICAN COMMUNION

IN OVER 165 COUNTRIES



Editora e Livraria
ANGLICANA

Coedição

Editora e Livraria
INCLUSIVIDADE



Igreja
Episcopal
Anglicana do
Brasil